



INTERPELAÇÃO ESCRITA

Garantir o emprego dos trabalhadores locais da construção civil

Recentemente, mais de 400 trabalhadores locais da construção civil foram pedir ajuda na Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais, expressando as suas dificuldades em arranjar emprego. Há dias, o Secretário para os Transportes e Obras Públicas tinha adiantado que as obras públicas e privadas não são poucas este ano, sendo suficientes para o sector da construção civil, por isso, o emprego deste sector não deveria ser um problema. Contudo, mesmo assim, não se sabe ainda se os trabalhadores locais conseguem ser beneficiados com as obras públicas, uma vez que, nos documentos de concurso das obras públicas, apenas se dispõe que a adjudicatária tem de ser uma empresa local, e não se regulamenta detalhadamente o número e a proporção dos trabalhadores locais que precisam de ser contratados, o que faz com que dificilmente estes sejam beneficiados.

Segundo os registos daquele dia da DSAL, 465 trabalhadores locais da construção civil efectuaram o pedido de emprego, dos quais, 54 por cento e 15 por cento procuravam profissões como auxiliar da construção civil e pintor, respectivamente. Todavia, a DSAL indicou que existe maior procura de carpinteiros de tosco e armadores de ferro em obras de grande dimensão, o que representa que a oferta dos recursos humanos do sector em causa não



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

coincide com a procura dos postos de trabalho. Além disso, as pessoas com 55 anos ou mais ocupam 61 por cento, o que significa que o grupo com dificuldades em arranjar emprego no sector da construção civil é constituído, maioritariamente, por pessoas com idade avançada e baixa capacidade técnica. A realização de formação em técnicas profissionais é fundamental para atenuar os conflitos da estrutura de emprego e elevar a competitividade do sector. As autoridades realizaram trabalhos de formação profissional, mas ainda não criaram um sistema de formação, portanto, o efeito não é evidente.

Assim sendo, interpelo o Governo da RAEM sobre o seguinte:

1. Nos documentos de concurso das obras públicas, além de se dispor que a adjudicatária tem de ser uma empresa local, deve-se ainda regulamentar a proporção dos trabalhadores locais que a empresa adjudicatária tem de contratar, no sentido de garantir o direito ao emprego dos trabalhadores locais da construção civil. As autoridades vão considerar fazer isto?
2. Face aos problemas do sector da construção civil, que já existem há muito tempo, tais como, a falta de recursos humanos jovens e a insuficiência de experiência e de técnicas, as autoridades devem criar um sistema de formação dos recursos humanos que corresponda à situação real de Macau e se adapte à mudança do mercado de emprego, e aumentar, nomeadamente, a vontade de participação em formação do grupo com dificuldades em arranjar emprego e o



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

respectivo efeito. Vão fazer isto? Quanto à proposta de criação de um regime de carteira profissional, apresentada pelo sector, as autoridades vão ter isso em consideração?

5 de Março de 2021

**O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,
Lei Chan U**